

10 — Os funcionários do Instituto Português da Juventude são dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem dos respectivos processos individuais.

11 — As listas de candidatos e de classificação final serão publicadas nos prazos estabelecidos e nos termos dos artigos 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Composição do júri:

Presidente — Licenciado Miguel Ângelo Tavares Ribeiro Almeida Rodrigues, chefe de divisão.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria Margarida Coelho Rodrigues Saco, técnico superior de 1.ª classe, que substituirá o presidente nas suas faltas ou impedimentos.

Licenciada Maria Angelina Cunha Menino, especialista de informática do grau 3.

Vogais suplentes:

Licenciada Isabel Anjos Reis Sequeira, técnica superior de 2.ª classe.

Licenciado Fernando Manuel Cruz Almeida, assessor principal.

26 de Dezembro de 2005. — A Vogal da Comissão Executiva, *Conceição Bessa Ruão*.

Despacho (extracto) n.º 2565/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Janeiro de 2006:

Maria Conceição Pereira Correia, técnica profissional de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Setúbal do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico profissional de 1.ª classe da carreira técnico-profissional do mesmo quadro (escala 3, índice 238), precedendo concurso, com efeitos a 5 de Janeiro.

19 de Janeiro de 2006. — Pela Presidente da Comissão Executiva, por delegação de competências, a Vogal, *Conceição Bessa Ruão*.

Despacho (extracto) n.º 2566/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Janeiro de 2006:

Laura Maria Piteira Santos Silva, assistente administrativa do quadro de pessoal da Delegação Regional de Setúbal do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de assistente administrativo principal da carreira administrativa do mesmo quadro (escala 5, índice 269), precedendo concurso, com efeitos a 5 de Janeiro.

19 de Janeiro de 2006. — Pela Presidente da Comissão Executiva, por delegação de competências, a Vogal, *Conceição Bessa Ruão*.

Despacho (extracto) n.º 2567/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 17 de Janeiro de 2006:

Cláudia Maria Pereira Teixeira, técnica superior de 2.ª classe do quadro de pessoal da Delegação Regional de Bragança do Instituto Português da Juventude — autorizada a nomeação definitiva para um lugar da categoria de técnico superior de 1.ª classe da carreira técnica superior do mesmo quadro (escala 1, índice 460), precedendo concurso, com efeitos a 5 de Janeiro.

19 de Janeiro de 2006. — Pela Presidente da Comissão Executiva, por delegação de competências, a Vogal, *Conceição Bessa Ruão*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

Despacho conjunto n.º 98/2006. — O licenciado Luís Manuel Ferreira Pinto tem vindo a desempenhar, ao longo da sua carreira, funções que o tornam possuidor de uma formação técnica e experiência qualificadas em vastas e diversificadas matérias da Administração Pública.

Havendo necessidade de prover o cargo de director-geral da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, a que se refere o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 51/98, de 11 de Março, e o quadro do pessoal aprovado pela Portaria n.º 458/98, de 30 de Julho, e considerando que tais conhecimentos e experiência

potenciam a capacidade de direcção do referido licenciado e fundamentam a adequação do seu perfil ao desempenho desse cargo: Assim:

1 — Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado no cargo de director-geral da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros o licenciado Luís Manuel Ferreira Pinto, cujo currículo se publica em anexo ao presente despacho.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 6 de Janeiro de 2006.

2 de Janeiro de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*.

Nota curricular

Nome — Luís Manuel Ferreira Pinto.

Data de nascimento — 12 de Maio de 1954.

Naturalidade — Lisboa.

Formação académica:

1991-1993 — MBA na Universidade Católica Portuguesa (parte curricular);

1984-1986 — mestrado em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas no Instituto Superior Técnico (parte curricular);

1975-1980 — licenciatura em Arquitectura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa.

Experiência profissional:

2005-2005 — assessor para os temas de tecnologias de informação no Ministério das Finanças (Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais);

2004-2005 — assessor para os temas de tecnologias de informação no Ministério da Saúde (Secretaria de Estado Adjunto e da Saúde);

2004-2004 — assessor para os temas de tecnologias de informação no Ministério das Finanças (Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais);

1999-2003 — funções de administração em empresas de consultoria em tecnologias e sistemas de informação (EUROCIBER, GRECE, EBS);

1998-1999 — funções de direcção em áreas funcionais de tecnologias de informação no Grupo Mundial-Confiança (na sequência da aquisição do BTA);

1994-1997 — subdirector-geral na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, com o pelouro da Informática Tributária;

1989-1998 — funções de direcção em áreas funcionais de tecnologias e sistemas de informação no Banco Totta & Açores;

1986-1989 — funções de direcção em áreas funcionais de tecnologias de informação na Caixa Geral de Depósitos;

1981-1986 — funções de direcção na área de tecnologias e sistemas de informação na Indústria de Defesa (INDEP — Indústrias Nacionais de Defesa EP);

1973-1981 — funções técnicas no desenvolvimento de sistemas de informação na Indústria de Defesa (Fábrica Militar de Braço de Prata).

Despacho conjunto n.º 99/2006. — Nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 466/99, de 6 de Novembro, e pelos fundamentos constantes do parecer n.º 90/2002, votado na sessão do conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 10 de Outubro de 2002, é indeferido o pedido de concessão de pensão por serviços excepcionais e relevantes formulado por José Simões de Faria, major-general.

12 de Janeiro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.

Despacho conjunto n.º 100/2006. — Nos termos do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 466/99, de 6 de Novembro, o Ministro da Presidência, no uso da delegação de poderes conferida pelo Primeiro-Ministro, através do despacho n.º 13 624/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 117, de 22 de Junho de 2005, e o Ministro de Estado e das Finanças resolvem não atribuir, pelos fundamentos constantes do parecer desfavorável n.º 134/2004, votado pelo Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República, a pensão por serviços excepcionais e relevantes formulada por Adelina Antunes Pires dos Santos, na qualidade de viúva de José Ferreira dos Santos, ex-soldado.

12 de Janeiro de 2006. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Presidência, *Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira*.